

Mulheres, por onde caminham? O gênero social na nomeação de logradouros públicos em Porto Nacional

Women, where do you walk? Social gender in public places naming in Porto Nacional

Franciele Rodovalho Ferreira* 

Karylleila dos Santos Andrade** 

RESUMO: O topônimo é um signo linguístico de caráter motivado. Os fatores históricos de uma comunidade e as mentalidades individual e coletiva servem de motivação toponímica. Esta pesquisa é resultado de um estudo da toponímia urbana do Município de Porto Nacional do Estado do Tocantins. O objetivo deste trabalho é analisar os nomes dos logradouros públicos, homenageados com nomes próprios femininos, da região histórica e central de Porto Nacional. Os dados analisados basearam-se em uma abordagem mista quanti-qualitativa. Foram catalogados um total de 441 topônimos. Entre eles, 94 são antropônimos masculinos, sendo apenas 13 femininos. Os resultados apontaram que as mulheres portuenses foram pouco creditadas como força construtiva no momento da nomeação dos logradouros públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Toponímia Urbana. Toponímia Feminina. Gênero. Porto Nacional.

ABSTRACT: The toponym is a linguistic sign with a motivated character. The historical factors of a community, as well as the individual and collective mentality, serve as toponymic motivation. This research is the study result of the urban toponymy in Porto Nacional in the State of Tocantins (Brazil). The objective of this work is to analyze the names of public places, honored with female first names, from the historical and central region of the municipality of Porto Nacional. The data were analyzed according to a mixed quantitative-qualitative approach. A total of 441 toponyms were catalogued and, among them, 94 are male anthroponymies, with only 13 female ones. The results showed that the women from Porto Nacional were little credited as a constructive force at the time of naming those public places.

KEYWORDS: Urban Toponymy. Feminine Toponymy. Gender. Porto Nacional.

* Mestre em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). franciele.rodvalho@hotmail.com

** Doutora em Linguística. Profa. do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGLetras) da UFT e do Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLLIT). karylleila@uft.edu.br

1 Introdução

A ciência que estuda os nomes próprios é a Onomástica, que é dividida em dois grandes ramos: Toponomástica, focada nos nomes próprios de lugar, e Antroponomástica, voltada aos nomes próprios de pessoas (SEIDE, 2013). A Toponomástica tem a função conservadora das tradições e dos costumes de um povo, pois o seu objeto de estudo, os topônimos, “são verdadeiros testemunhos históricos de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida da população” (DICK, 1990, p. 22).

Para este estudo, propomos uma diferença terminológica entre Toponomástica, Toponímia e Topônimo (HOUGH, 2016). A Toponomástica é entendida como a disciplina científica que estuda os nomes próprios de lugares. A Toponímia trata do conjunto de nomes de lugares, ou seja, os Topônimos, considerados aqui o próprio nome de lugar, ou seja, o produto. A Toponomástica estabelece o sentido de unidade diante dos diversos saberes quando se intersecciona com outras áreas do conhecimento. Desse modo, ela permite compreender os nomes de lugares sob diferentes significados, olhares e áreas de conhecimento, de saberes e de atuação.

Este artigo¹ tem como objetivo analisar os topônimos dos logradouros públicos homenageados com nomes próprios femininos situados na região histórica e central do Município de Porto Nacional, Tocantins. Partimos da seguinte inquietação: o porquê da pouca existência de logradouros públicos (ruas) com nomes femininos nesta região.

O texto está dividido em quatro partes: na primeira, apresentamos um panorama do *Estado da Arte da Toponímia Feminina* em alguns municípios do país. Na segunda, *Pressupostos Metodológicos*, apresentamos a abordagem, as técnicas de pesquisa e os caminhos da coleta e análise dos dados. Na terceira parte, analisamos os

¹ Recorte da Dissertação de Mestrado de Ferreira (2019), intitulada *A figura da mulher na toponímia urbana do município de Porto Nacional (TO)*.

dados levantados da toponímia urbana portuense, segundo o seu gênero social (masculino e feminino). Por fim, são feitas as considerações finais, com as implicações deste estudo.

Ressaltamos que este estudo contribui para a elaboração do Atlas Toponímico do Tocantins (ATT), coordenado pela Profa. Dra. Karylleila dos Santos Andrade. Ressaltamos ainda o caráter de ineditismo da temática no Estado, sendo uma das primeiras a abordar a toponímia urbana tocantinense, em especial, a toponímia feminina.

2 Estado da arte da Toponímia Feminina no Brasil

Entende-se por Toponímia Feminina um conjunto de nomes de lugares homenageados com nomes próprios de mulheres. Segundo as pesquisas levantadas para este estudo (NADER, 2007; ARAÚJO, 2013; SILVA, 2013), nomear os lugares com nomes de mulheres não é uma prática muito recorrente na toponímia brasileira. Conseqüentemente o nível de produtividade de topônimos femininos é menor em relação ao número de topônimos com nomes masculinos. Atualmente, as pesquisas existentes se propõem a responder sobre essa invisibilidade da figura feminina na toponímia à luz das questões de gênero (NADER, 2007).

Nader (2007) analisou os nomes dos logradouros da cidade de Vitória (ES), no período de 1970 a 2000. Verificou-se que, antes da década de 1970, havia poucos topônimos femininos. Segundo a autora, nesse período, a mulher capixaba não havia entrado de forma significativa no mercado de trabalho e o seu nível de escolaridade era menor comparado aos dos homens.

Além das questões sociais e culturais, há um outro fator que explica a ausência de topônimos femininos, que é o Poder Público Municipal (Prefeitura e Câmara dos Vereadores) que possui a prerrogativa legal de nomear os logradouros das cidades. A preferência é de homenagear pessoas que tiveram algum nível de relevância para o

município, o que exclui, *a priori*, as mulheres desse processo de seleção, de acordo com os dados estudados.

Em outro contexto, os papéis sociais desempenhados pelos homens e pelas mulheres influenciaram na escolha dos nomes dos logradouros, segundo Ramos e Bastos (2010). Em uma pesquisa realizada na cidade de Santa Maria da Vitória (BA), identificou-se que há a preferência em homenagear os logradouros com nomes “de homens de destaque social, como coronéis, tenentes, capitães, majores, intendentes e conselheiros” e pessoas com cargos religiosos (RAMOS; BASTOS, 2010, p. 91). No caso de logradouros com nomes femininos, houve apenas algumas exceções, como nomes de professoras.

A respeito da feminização do magistério, Louro (2004) pontua dois fatores: o abandono dos homens das salas de aula para buscar outras profissões mais rentáveis, provavelmente influenciados pelo processo de urbanização e industrialização. Esse esvaziamento deu espaço para as mulheres ocuparem outros lugares, antes restritas ao lar e à igreja. Outro aspecto a ser considerado é a afirmação de que as mulheres tinham, “por natureza”, uma inclinação para o trato com as crianças, como se a profissão fosse uma extensão da maternidade. Eis o que diz Louro (2004) sobre isso:

A partir de então passam a ser associadas ao magistério características tidas como “tipicamente femininas”: paciência, minuciosidade, afetividade, doação. Características que, por sua vez, vão se articular à tradição religiosa da atividade docente, reforçando ainda a ideia de que a docência deve ser percebida mais como um “sacerdócio” do que como uma profissão (LOURO, 2004, p. 450)

Em outro caso, um dos primeiros topônimos femininos da cidade de Caicó (RN), na década de 60, é uma homenagem à Joaquina Dantas Gurgel, a Mãe Quinha (ARAÚJO, 2013).

[A homenageada] exerceu profissões que eram entendidas, naquele período, como as mais apropriadas ao sexo feminino, como a de

costureira, artesã, doceira e parteira, atividades que no imaginário social do período, eram apreciadas como profissões apropriadas às mulheres (ARAÚJO, 2013, p. 177).

Pandolfo (2011, p. 1), em seu estudo sobre os nomes dos bairros da cidade de Nova Prata (RS), afirma que os topônimos marcados pelo gênero masculino se sobressaem: “[...] a marcação do gênero masculino, que nos remete à ideia de força empreendida pelos homens nas lutas que travaram nesse território”. Igualmente, Melo (2015), em sua análise dos nomes dos municípios do Estado de Alagoas, observa que os antropotopônimos masculinos são mais expressivos que os femininos.

Referente à análise dos logradouros nomeados com nomes femininos, Silva (2011, p. 402) afirma que, nas biografias das mulheres imigrantes de Londrina (PR), “há uma grande incidência da presença do marido e/ou dos filhos. Há sempre referências como: ‘esposa de...’, ‘ajudou o marido...’, ‘o marido foi...’, ‘mãe de tantos filhos...’, ‘seus filhos na cidade residem e contribuem para o progresso da cidade...’”. Como ressaltado por Silva (2011), o motivo de essas mulheres terem sido homenageadas na toponímia urbana londrinense está relacionado ao seu grau de parentesco com alguma figura conhecida. Também algumas profissões consideradas femininas foram de maior incidência, como professoras, lavadeiras, parteiras, costureiras, passadeiras e cozinheiras (SILVA, 2013).

Já em São Marcos (RS), Cioato (2012) complementa que a desigualdade de gênero pode ser observada não somente pela quantidade de topônimos, mas pelos espaços nomeados, como podemos ver, a seguir: “Nenhuma via da área central da cidade ou via principal dos bairros tem nome de mulher. Poucos são os bairros com nome de pessoas, mesmo assim, todos são de homens” (CIOATO, 2012, p. 77). A pesquisa de Araújo (2013) evidencia que a parte central da cidade de Caicó (RN) é composta por seis avenidas: Av. Seridó, Avenida Coronel Martiniano, Av. Rio Branco, Av. Celso Dantas, Av. Carlindo Dantas e Av. Ruy Mariz. Com exceção da Av. Seridó, todas as outras homenageiam personalidades do sexo masculino.

Desta forma, baseado nas pesquisas existentes sobre toponímia feminina, pode-se observar que a pouca produtividade de topônimos femininos ocorre em diversas regiões do Brasil, como no Sul (SILVA, 2011, 2013; PANDOLFO, 2011; CIOATO, 2012), Sudeste (NADER, 2007) e Nordeste (ARAÚJO, 2013; RAMOS; BASTOS, 2010; MELO, 2015). Assim, para se compreender essa baixa representatividade do gênero feminino na toponímia urbana é necessário a compreensão do conceito de gênero.

2.1 Reflexões sobre o conceito de gênero

Segundo Osterne e Silveira (2012), a construção sociocultural da identidade feminina e a definição de seus papéis como figura passiva e submissa colaboram para o estabelecimento da desigualdade nas relações de gênero. Para Louro (2003), a teorização do conceito de gênero está ligada à segunda onda do Movimento Feminista Contemporâneo². No final da década de 1960, as feministas se voltaram para construções propriamente teóricas sobre a natureza da opressão das mulheres. O texto referencial dos estudos de gênero é o da historiadora estadunidense Joan Wallach Scott (1995), com *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*,³ publicado em 1986 (ZIBEL, 2007). Segundo a visão de Scott (1995), a inclusão da experiência das mulheres nas pesquisas dependia do desenvolvimento de gênero como categoria analítica. Além

² Segundo Fougeyrollas-Schwebel (2009, p. 144), o feminismo como movimento coletivo de luta de mulheres só se manifesta como tal na segunda metade do século XX. Didaticamente, o feminismo é dividido em três grandes momentos/ondas. A primeira onda, ocorreu no início do século XX e é marcada pela luta pelos direitos políticos, mediante a participação eleitoral (PINTO, 2003). A Segunda onda eclode na década de 1960 e 1970, sendo que os temas abordados pelas mulheres eram a sexualidade feminina e controle da fertilidade (TELES, 1999). A terceira onda, a partir da década de 1980, é pautada na criação de grupos que se dedicam às mais variadas tarefas: grupos de estudo, apoio contra a violência, publicação de folhetos sobre sexualidade (ALVES; PITANGUY, 1985). Atualmente, especialistas discutem sobre a possibilidade de uma quarta onda do movimento feminista devido ao ativismo nas redes sociais e a forte participação de “novas” articulações dos movimentos de mulheres (mulheres negras, lésbicas, indígenas, rurais, etc.) (MATOS, 2010).

³ *Gender: a useful category of historical analysis* – tradução nossa. Nesta pesquisa, foi consultado a segunda versão brasileira do texto, publicado em 1995, pela revista *Educação & Realidade*. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 16 jun. 2019.

disso, qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, “que um implica o estudo do outro” (SCOTT, 1995, p. 75).

De acordo com a definição de Scott (1995, p. 75), gênero é uma construção social, cujo termo gênero torna-se uma forma de indicar construções culturais – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Além disso, vale lembrar que as representações sobre mulheres e homens se diferem entre as sociedades e no interior de uma dada sociedade em um dado momento histórico (LOURO, 2003). Neste sentido, é possível compreender a frase de Beauvoir, (1967, p. 9), que diz: “Ninguém nasce mulher. Torna-se mulher”.

O conceito de gênero de Scott (1995) apresenta duas perspectivas de análise, quais sejam: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. A primeira perspectiva aponta quatro elementos fundantes para a discussão da autora. O primeiro se refere aos “símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequências contraditórias)” (SCOTT, 1995, p. 86). O segundo elemento está relacionado a “conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas” (SCOTT, 1995, p. 86). Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas. Como exemplo, nas escolas do Brasil, no século XIX, eram ensinadas noções de geometria para os meninos, e noções de bordado e de costura para as meninas (LOURO, 2004).

Dando continuidade à análise de Scott (1995), ela propõe como terceiro elemento superar uma visão limitada de que o gênero é construído somente através do parentesco (centrando-se no lar e na família), sendo necessário incluir a economia e a organização política nessa discussão. Por fim, o quarto elemento está centrado na identidade subjetiva. Esses quatro elementos compõem a primeira parte da definição de gênero e nenhum deles pode operar sem os outros.

Somado a isso, temos a segunda parte do conceito de gênero, que considera “o gênero uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Scott (1995) segue as reflexões sobre a temática do poder, de Foucault (1979, p. 131), para quem o poder não é unitário, ele é materializado através das relações entre os indivíduos. Ademais, Foucault (1979, p. 175) qualifica o exercício do poder como “essencialmente repressivo”. Se é repressivo, haverá um direito à dominação e à sujeição ao poder.

Na sociedade brasileira, as relações de gênero são, historicamente, assimétricas. Características, como fragilidade, recato, predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, e a subordinação da sexualidade à vocação maternal estão relacionadas à figura feminina. Em oposição, a força física, a natureza autoritária, empreendedora, racional e a sexualidade sem freios são relacionadas aos homens (SOIHET, 1997). Essas distintas características atribuídas aos gêneros são hereditárias de uma cultura ocidental.

3 Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos adotados na coleta e na análise dos dados foram, principalmente, de base bibliográfica e documental, partindo de uma abordagem quanti-qualitativa. Nesta pesquisa, foi necessário acessar as leis⁴ municipais promulgadas referentes às denominações dos logradouros públicos de Porto Nacional, a fim de encontrar a motivação toponímica dos nomes dos logradouros e os mapas das unidades urbanas. Além disso, foram realizadas diversas visitas de campo aos departamentos responsáveis, como a Secretaria de Projetos, e foram feitas buscas nos sites da Prefeitura e da Câmara Municipal Legislativa.

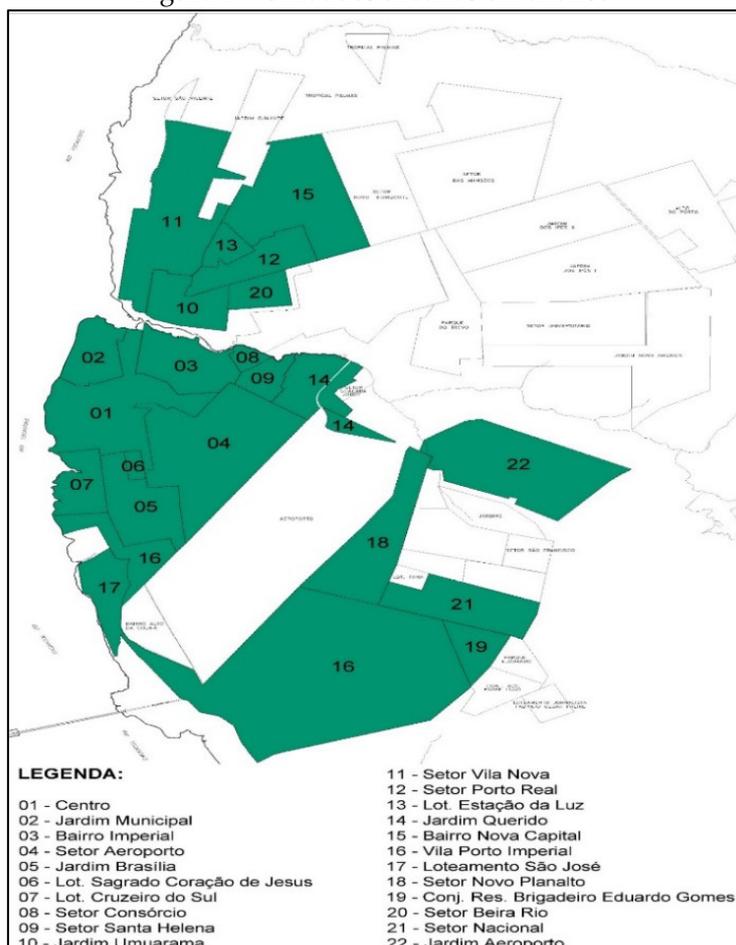
⁴ Câmara Municipal de Porto Nacional (TO). Disponível em: <https://sapl.portonacional.to.leg.br/norma/pesquisar>. Acesso em: 14 abr. 2019.

Após ter sido feita a catalogação dos dados, por meio do mapa oficial do município, eles foram organizados em uma ficha lexicográfico-toponímica (FERREIRA, 2019), adaptada da ficha de Andrade (2010) e Faria (2017).

3.1 Lugares da pesquisa: Porto Real, Porto Imperial e Porto Nacional

O município de Porto Nacional (TO), que está localizado na região Oriental do Estado, possui uma área territorial de 4. 449,917 km². Estima-se que a sua população é de 52. 700 mil habitantes (IBGE, 2018). De acordo com Rocha (2017, p. 54), Porto Nacional possui 48 unidades urbanas. Para este estudo, optamos por analisar os topônimos dos logradouros públicos das 22 unidades urbanas pertencentes à região central e histórica do município, conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 1 – Unidades urbanas em análise.



Fonte: adaptado de Mapa Municipal (2019).

Nesta pesquisa, partimos da seguinte problemática: ao andarmos pelos logradouros públicos da região mais antiga de Porto Nacional, foi possível observar que havia poucos topônimos com nomes de mulheres. A partir daí, iniciamos alguns questionamentos: a) quais eram os critérios, considerados pelo poder público municipal, para nomear os logradouros da cidade?; b) seria o papel social das mulheres portuenses um fator decisivo no momento da nomeação dos logradouros?

Segundo os registros históricos, Porto Nacional teve as suas origens no final do século XVIII,⁵ à margem direita do Rio Tocantins, motivo primário da sua existência (GODINHO, 1988). O Arraial de Porto Real, seu primeiro nome, surgiu como uma simples passagem entre dois ricos núcleos mineratórios: Monte do Carmo (1746), à margem esquerda do rio, e o Bom Jesus do Pontal (1738), à margem direita do rio (OLIVEIRA, 2010b).

Pela Lei Provincial, de 14 de novembro de 1831, Porto Real foi elevado à categoria de Vila com o nome de Porto Imperial. Os principais fatores da promoção de arraial à vila recaem no “declínio progressivo da mineração nos aglomerados vizinhos, o desaparecimento de Pontal e o incremento da navegação do Tocantins proporcionadora de ativo comércio com a praça de Belém” (GODINHO, 1988, p. 29). Devido ao seu constante crescimento, Porto Imperial foi elevado à categoria de cidade pela Lei nº 333, de 13 de julho de 1861. Nessa época, já contava com uma população de 4.313 pessoas (GODINHO, 1988). Em 1890, Porto Imperial tem o seu nome alterado para Porto Nacional devido à Proclamação da República, em 1889 (GODINHO, 1988).

⁵ História de Porto Nacional (TO). Disponível em: <http://www.portonacional.to.gov.br/index.php/historia>. Acesso em: 14 abr. 2019.

4 A toponímia urbana portuense: análise quantitativa segundo o gênero social

De um *corpus* de 441 topônimos, pertencentes aos logradouros da região em estudo, identificamos a ocorrência de somente 13 topônimos com nomes femininos, como podemos ver no Quadro 1, a seguir:

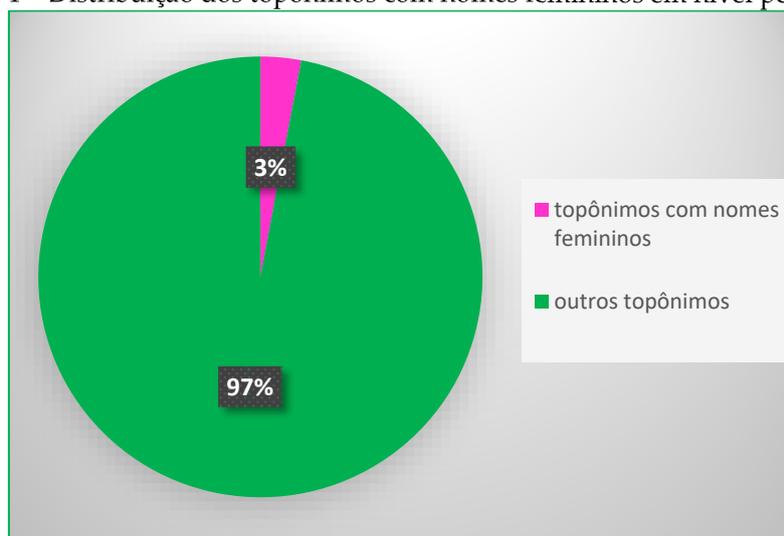
Quadro 1 – Topônimos com nomes femininos.

Logradouro	Nome do logradouro	Localização
1. Rua	Madre Nelly	Centro
2. Rua	Rachel de Carvalho Manduca	Centro
3. Rua	Custodia S. Pedreira	Centro
4. Rua	Custódia Leite Ribeiro Maia	Setor Aeroporto
5. Rua	Alzira Braga	Setor Aeroporto
6. Rua	Gercina Borges	Setor Aeroporto
7. Rua	Maria Angélica da Silva Prado	Setor Nova Capital
8. Rua	Belarmina Prado Aires	Setor Nova Capital
9. Rua	Felismina Aires da Silva	Setor Nova Capital
10. Rua	Felismina Aires Fernandes	Setor Nova Capital
11. Rua	Alyce Aires Sousa	Jardim Brasília
12. Rua	Irmã Maria Rudegude	Jardim Brasília
13. Rua	Madre Inez	Jardim Brasília

Fonte: Ferreira (2019).

Como podemos ver no gráfico 1, em termos percentuais, os topônimos com nome próprio feminino representam apenas 3% em oposição aos 97% de outros topônimos distribuídos segundo a sua motivação toponímica (topônimos com nomes de cidades, números, letras, plantas e cursos d'águas). Por meio desses dados, foi possível observar a baixa representatividade da figura feminina na toponímia urbana das 22 unidades urbanas pertencentes a região central e histórica. Além disso, nenhum topônimo com nome feminino pertence aos principais logradouros desta região, estando localizado ao entorno do bairro no qual está situado.

Gráfico 1 – Distribuição dos topônimos com nomes femininos em nível percentual.



Fonte: Ferreira (2019).

Em relação aos topônimos com nomes do gênero masculino, são mais produtivos na região histórica e central de Porto Nacional. De um total de 441 topônimos, eles significam 94 topônimos.

A seguir, apresentamos a análise qualitativa sobre os possíveis papéis sociais dos sujeitos homenageados na toponímia urbana portuense.

4.1 Toponímia urbana portuense: análise qualitativa segundo o gênero social

Dos 13 topônimos com nomes femininos, apenas três fazem referência ao cargo exercido em vida. Os topônimos estão antecedidos com o título de Madre (Superior de um convento) e Irmã (Freira). Os logradouros são *Rua Madre Nely*, *Rua Madre Inez e Rua Irmã Maria Rudegude*, mulheres consagradas da Ordem Dominicana de Nossa Senhora do Rosário de Monteils.⁶ Essa ordem foi fundada em 1850 por Alexandrine Conduché, posteriormente chamada Irmã Marie Anastasie. A ordem tinha o compromisso de cuidar dos enfermos e da educação dos jovens. No Brasil, o primeiro convento dirigido pelas Irmãs foi o Convento da Ordem dos Pregadores em Uberaba

⁶ Ordem dos Pregadores. Disponível em: <http://www.dominicanasdemonteils.org.br/site457/detalhes2.php?id=146>. Acesso em: 14 abr. 2019.

em 1881. Em Porto Nacional, as Irmãs chegaram no dia 31 de agosto de 1904. As quatro religiosas francesas foram as Madre Maria Inez, a Irmã Maria Rafael, a Irmã Maria André e a Irmã Maria Fernanda, fundadoras do Colégio (BRESSANIN, 2017, p. 132).

A respeito da educação no Brasil, Louro (2003) pontua que a instituição escolar era, primeiramente, masculina e religiosa. Os jesuítas, para além das tentativas de catequização dos índios, investiram, de fato, na formação dos meninos e jovens brancos dos setores dominantes. Esse cenário começou a mudar na metade do século XIX, quando vão permitir não apenas a entrada das mulheres nas salas de aula, mas também, a posterior, como docentes (LOURO, 2003). Essa inserção estava submetida a exigências. As professoras eram responsáveis por ensinar as meninas e os homens, os meninos, além de tratar “de saberes diferentes (os currículos e programas distinguem conhecimentos e habilidades adequados a eles ou a elas, recebem salários diferentes, disciplinam de modo diverso seus estudantes, têm objetivos de formação diferentes e avaliam de formas diferentes.” (LOURO, 2003, p. 96).

Em relação aos 10 topônimos, oito referem-se às mulheres ligadas as tradicionais famílias portuenses, dentre elas, os Maia, os Aires e os Pedreira. Trata-se de famílias que contribuíram para o desenvolvimento da cidade e ocuparam lugares de poder, como os de fazendeiros, proprietários de barcos e ocupantes de cargos públicos (vereadores, prefeitos, coronéis) (GODINHO, 1988; OLIVEIRA, 2010a-b). Além dessas famílias, identificamos dois topônimos com nome de mulheres consanguíneas de outras pessoas importantes para a história do município.

Da família Pedreira, temos *Custódia da Silva Pedreira*, esposa de Manoel José Pedreira, neto de Frederico José Pedreira, primeiro proprietário do casarão dos Pedreira. Em sua biografia não é citada a sua profissão, mas foi dona de casa, teve 13 filhos e morou no casarão dos Pedreira.

Da família Maia, a homenageada foi *Custódia Leite Ribeiro Maia*, filha de Luís Leite Ribeiro, Deputado Estadual em 1904 e da Profa. Benícia Ribeiro da Silva Leite. Foi residente do casarão dos Maia e teve cinco filhos. Atualmente, a Profa. Terezinha

Maia, sua neta, é residente do casarão. Para fins de exemplificação, a seguir, apresentamos, na Figura 2, uma ficha lexicográfico-toponímica, adaptada de Andrade (2010) e de Faria (2017):

Figura 2 – Ficha lexicográfico-toponímica da Rua Custódia Leite Ribeiro Maia.

LOGRADOURO		
Localização: Setor Aeroporto – Porto Nacional (TO)		
IMAGEM NO MAPA	FOTO DA PLACA	FOTO DO LOGRADOURO
 <p>(1)</p>	 <p>(2)</p>	 <p>(2)</p>
TOPÔNIMO		
Rua Custódia Leite Ribeiro Maia		
Taxionomia: Antropotopônimo		
Informação biográfica:		
<p>Filha de Luis Leite Ribeiro e de Benícia Ribeiro da Silva Leite. Custódia foi casada com Antônio Borges Maia. Tiveram cinco filhos. Benícia, Nadir, Joaquim, Dídimo e Aquiles Maia Leite. O seu filho Aquiles Maia Leite foi prefeito de Porto Nacional (TO) no período de 1965-1966. Faleceu em um acidente automobilístico em Goiânia. Seu outro filho, Dídimo Maia Leite, foi o primeiro sacerdote da diocese ordenado por Dom Domingos Carrerot (BRESSANIN, 2017, p. 192) (3). Além disso, Custódia é bisavó do atual prefeito de Porto Nacional (TO), Joaquim Maia Leite Neto (4).</p>		
Fontes de pesquisa:		
<p>1- Mapa digital disponível em: https://www.google.com.br/maps acesso em: 14 abr. 2019;</p> <p>2- Foto da placa e do logradouro tirada pela autora (2019);</p> <p>3- BRESSANIN, Cesar. A Ordem Dominicana nos Sertões do Norte: Entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos em Porto Nacional. Palmas: Nagô Editora, 2017. 220 p;</p>		

4- Disponível em:

<http://www.portonacional.to.gov.br/index.php/governo/galeria-de-prefeitos> Acesso em: 14 abr. 2019.

Fonte: Ferreira (2019)

Da família Aires, a mulher homenageada na toponímia urbana portuense foi *Alyce Aires Sousa*, filha do Dr. Francisco Aires da Silva e da Profa. Angélica Ribeiro Aranha. Além de ser filha de uma figura importante, Alyce e sua irmã, Dulce, foram as primeiras Normalistas formadas no Colégio Sagrado Coração de Jesus em 1923 (DOURADO, 2010, p. 142).

As outras quatro mulheres homenageadas são parentes do vereador Deocleciano Aires da Silva, na década de 1950, que também pertence à família Aires da Silva. *Maria Angélica da Silva Prado* foi casada com Belmiro da Silva Prado. Dessa união, nasceu *Belarmina Prado Aires* casada com o vereador Deocleciano Aires da Silva. O casal teve 12 filhos, dentre eles, *Felismina Aires da Silva*. Já *Felismina Aires Fernandes* é filha de *Felismina Aires da Silva*. Todas elas possuem um grau de parentesco com o vereador (sogra, esposa, filha e neta). Neste caso, isso demonstra que a nomeação dos logradouros públicos foi utilizado como uma forma de homenagem às mulheres da família do vereador.

Outra mulher é *Rachel de Carvalho Manduca*, esposa de Manoel Aires Manduca, um fazendeiro local. Foi dona de casa, teve 22 filhos e faleceu em 1975. Atualmente, os seus familiares residem na Travessa John Kennedy, próximo à Prefeitura Municipal.

Não foi possível encontrar muitas informações sobre *Alzira Braga*. Sabe-se que teve duas filhas: a Profa. Maria Eulina da Silva Braga, que atuou no Ginásio Estadual de Porto Nacional (hoje CEM Professor Florêncio Aires), nas décadas de 1940 e 1950 (DOURADO, 2010, p. 191); e a Profa. Messias Braga, que trabalhou no Colégio Estadual D. Pedro II e foi enfermeira no Abrigo João XXIII (RIBEIRO; MUTA; SILVA, 2007).

Dona *Gercina Borges Teixeira* foi esposa de Pedro Ludovico Teixeira, considerado o fundador de Goiânia (GO) em 1937. Na condição de primeira-dama, exerceu vários serviços de assistência social aos mais necessitados. Um de seus feitos foi a fundação da Santa Casa de Misericórdia, em 1937. Carinhosamente, era conhecida como “Mãe dos pobres” (FLEURY, 2016).

Um fato importante é que a maioria dos homens de quem essas mulheres são parentes também são homenageados nos logradouros públicos da cidade, que são: Rua Manoel Aires Manduca, Av. Manoel José Pedreira, Av. Luís Leite Ribeiro, Av. Pedro Ludovico, Rua Belmiro da Silva Prado, Rua Ver. Deocleciano Aires da Silva e Rua Dr. Francisco Aires da Silva.

De forma geral, podemos observar, por meio do quantitativo de topônimos com nomes femininos, as mulheres portuenses não foram creditadas como força construtiva, juntamente aos homens portuenses, no momento da nomeação dos logradouros públicos do espaço geográfico em análise. Pandolfo (2011, p. 1), em sua pesquisa, afirmou que “[...] consideram relevante o papel desempenhado pelo homem no processo de constituição social, política e histórica do município, mas não destacam a importância da mulher nesse contexto”. Por muito tempo, o espaço público fora reservado aos homens, e o privado, às mulheres: “Aos homens, o público, cujo centro é a política. Às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e a casa.” (PERROT, 2005, p. 459). Consequentemente, os nomes dos logradouros públicos homenageiam personalidades históricas, em sua maioria, homens.

5 Considerações Finais

O *corpus* da pesquisa foi constituído por 441 topônimos pertencentes às 22 unidades urbanas em estudo. Foi identificado um total de 107 topônimos com nomes próprios de pessoas, os quais foram distribuídos entre as taxes: *historio*, *axio* e *antropotopônimos*. Constatou que os logradouros públicos com nomes masculinos

foram de maior incidência, no total, 94 topônimos e os com nomes femininos, 13 topônimos.

Dos 13 topônimos analisados, 10 foram homenageados por mulheres devido ao seu grau de parentesco com figuras masculinas, consideradas personalidades públicas e políticas do município ou região, e não porque elas ocupavam espaços de poder, como sua atuação na administração pública. Os outros três topônimos referem-se às professoras do Colégio Sagrado Coração de Jesus, profissão também considerada historicamente como feminina.

Por meio da análise quantitativa dos dados, os homens ocupam lugar de destaque na toponímia urbana, diferentemente das mulheres que são quase que invisíveis. Fato esse similar ao que ocorreu na história oficial: “No teatro da memória, as mulheres são sombra tênues. A narrativa histórica tradicional reserva-lhes pouco espaço, justamente na medida em que privilegia a cena pública - a política, a guerra - onde elas pouco aparecem” (PERROT, 1989, p. 9). Essa invisibilidade, na toponímia urbana, tem relação ao fato de que as mulheres portuenses viveram em um período (décadas de 1950-60), quando as expectativas do gênero feminino ainda estavam reservadas ao espaço privado, sendo esposa, dona de casa e mãe de família. “Para o homem é designada a esfera pública do trabalho, para ela o espaço privilegiado para a realização de seus talentos será a esfera privado do lar” (RAGO, 1985, p. 75).

Na gênese da sociedade brasileira, foram engendrados papéis femininos e masculinos baseados nas características biológicas dos dois gêneros: masculino e feminino, o que estabeleceu relações de gênero desiguais e assimétricas. Por extensão, considerando a cidade como uma construção humana, ela transparece, por meio da toponímia urbana, essa desigualdade de gênero, seja pela quantidade de topônimos com nomes próprios femininos, seja pela localização não privilegiada dos logradouros públicos onde se encontram esses nomes femininos. Além disso, as mulheres são homenageadas devido ao seu grau de parentesco com alguém conhecido ou devido a

sua profissão, muitas vezes consideradas profissões feminizadas historicamente, como ocorrido nesta pesquisa.

Espera-se que novas pesquisas possam contemplar as outras unidades urbanas de Porto Nacional e possam sensibilizar os parlamentares a considerarem mais os nomes das mulheres no momento da nomeação dos logradouros públicos, assim, haverá uma maior representatividade de gênero na toponímia da comunidade. Além dessas expectativas, pretendemos contribuir para o desenvolvimento de futuras pesquisas sobre a toponímia urbana tocantinense, já que os topônimos refletem a memória coletiva e, também, pretendemos estimular outras pesquisas toponomásticas brasileiras para inserirem as mulheres como objeto de estudo.

Referências

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é o Feminismo**. 8. ed. São Paulo: Abril Cultura/Brasiliense, 1985. 77 p.

ANDRADE, K. dos S. **Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins**: Atito. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010. 240 p.

ARAÚJO, C. M. de. **A representação da Mulher e as Questões de Gênero na Toponímia Urbana de Caicó- RN**. 2013. 194 f. Dissertação (Mestre em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2013.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. 499 p.

BRESSANIN, C. **A Ordem Dominicana nos Sertões do Norte**: entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos em Porto Nacional. Palmas: Nagô Editora, 2017. 220 p.

CIOATO, F. B. **Os nomes do município de São Marcos**: linhas, comunidades, bairros e ruas. 2012. 104 f. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade) – Pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa, Programa de Pós-Graduação Mestrado em

Letras, Cultura e Regionalidade, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, 2012.

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

DOURADO, B. B. **Educação no Tocantins: Ginásio Estadual de Porto Nacional**. 2010. 312 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, UFG (Universidade Federal de Goiás), Goiânia – GO, 2010.

FARIA, G. da C. dos S. **Tradição e memória: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova - Minas Gerais**. 2017. 686 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, MG, 2017.

FERREIRA, F. R. **A figura da mulher na toponímia urbana do município de Porto Nacional (TO)**. 150 f. Dissertação (Mestre em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, campus de Porto Nacional. Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, TO, 2019.

FLEURY, B. Quatro décadas da morte de Gercina Borges Teixeira. **DM/Opinião**, Goiânia, 16. fev. 2016. Disponível em: <http://www.dm.com.br/opiniao/2016/02/quatro-decadas-da-morte-de-gercina-borges-teixeira.html>. Acesso em: 14 abr. 2019.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Movimentos feministas. *In*: HIRATA, H. *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 144-153.

HOUGH, C. **Names and Naming**. Oxford, United Kindom: Oxford University Press, 2016.

GODINHO, D. **História de Porto Nacional**. [S./l.]: [S./ed.], 1988.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de Porto Nacional (2018)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 14 abr. 2019.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 443-481.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Editora Vozes: Petrópolis, 2003. 184 p.

MATOS, M. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782010000200006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 jul. 2019. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200006>

MELO, P. A. G. O signo linguístico em função onomástica: nomes próprios de pessoas na toponímia municipal alagoana. **Revista Interfaces**, Guarapuava, v. 5, n. 2, p. 35-45, abril, 2015. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/viewFile/2905/2561. Acesso em: 15 jun. 2019.

NADER, P. M. F. **A sutileza da discriminação de gênero na nomenclatura dos logradouros públicos. Vitória (ES). 1970-2000**. 2007. 102 f. Dissertação (Mestre em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2007.

OLIVEIRA, M. de F. **Entre o sertão e o litoral: cultura e o cotidiano em Porto Nacional 1880-1910**. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2010a. 128 p.

OLIVEIRA, M. de F. **Portos do Sertão: cidades ribeirinhas do Rio Tocantins**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010b. 172 p.

OSTERNE, M. S. F.; SILVEIRA, C. M. H. Relações de gênero: uma construção cultural que persiste ao longo da história. **O público e o privado**, Ceará, n. 19, p. 21, jan./jun., 2012. Disponível em: <http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=345>. Acesso em: 26 jun. 2019.

PANDOLFO, M. C. Os bairros de Nova Prata: um estudo de gêneros sociais. *In: XIX Encontro de jovens pesquisadores da UCS*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2011. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/Resumo_Maura_Coradin_Pandolfo.pdf. Acesso em: 5 out. 2018.

PERROT, M. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, 1989.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da História**. Trad. de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005. 520 p.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. 119 p.

PORTO NACIONAL. Secretaria de Projetos. **Mapa Municipal**. Porto Nacional, TO, 2018.

RAGO, L. M. **Do cabaré ao lar: a autoria da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 116 p.

RAMOS, R. T.; BASTOS, G. R. Onomástica e possibilidades de releitura da história. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 30, p. 86-92, agosto 2010. Disponível em: http://apl.unisiam.edu.br/augustus/images/edicao30/pdf/rev_aug_30_art10.pdf. Acesso em: 20 nov. 2018.

RIBEIRO, B. B. D.; MUTA, A. P. N.; SILVA, E. B. **Memórias de professores portuenses (1940-1980)**. Porto Nacional: Pote, 2007.

ROCHA, E. S. **Dinâmica do crescimento urbano na cidade de Porto Nacional (TO), Segregação socioespacial: o capital incorporador e a especulação imobiliária**. 2017. 69 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Universitário de Porto Nacional (TO), Porto Nacional, TO, 2017.

SEIDE, M. S. Toponomástica e Antroponomástica: paradigma e métodos. **Confluência - Revista do Instituto de Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro, n. 43 e 44, p. 165-184, 2013.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2018.

SILVA, B. S. M. da. **Representações de gênero no espaço urbano: nomeações de ruas em Londrina – PR (1981-2008)**. 187 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, 2013.

SILVA, B. S. M. da. As imigrantes de Londrina: uma análise hodonímica. In: V CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 2011. Maringá. **Anais [...]**. Maringá,

2011. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/342.pdf> Acesso em: 11 jun. 2019. DOI <https://doi.org/10.4025/5cih.pphuem.0205>

SOIHET, R. Violência Simbólica: saberes masculinos e representações femininas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 7, jan. 1997. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12558>. Acesso em: 21 jul. 2019.

TELES, M. A. de A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999. 167 p.

ZIRBEL, I. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: um debate**. 2007. 212 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC, 2007.

Artigo recebido em: 04.02.2022

Artigo aprovado em: 03.05.2022